

OPINIÃO

» A TURQUIA NA UNIÃO EUROPEIA

José Pedro Teixeira Fernandes

1. A UE está definitivamente convertida aos ideais humanistas de vocação universalista e ao primado dos valores, rejeitando os velhos egoísmos nacionais e a amoralidade da *realpolitik*. Esta parece ser a conclusão óbvia a extrair das declarações de Jack Straw, o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, que assegura a Presidência da União Europeia, quando, a 3 de Outubro último, anunciou, solenemente, a abertura formal das negociações de adesão da Turquia à UE, apresentando-a como um triunfo do “diálogo de civilizações”, da convivência entre “os Povos do Livro” e um exemplo para o “Mundo Muçulmano”. Face a este discurso impregnado de valores e imbuído de uma retórica da virtude, parece ser quase um sacrilégio interrogar-nos sobre uma questão tão mesquinha como é a de saber quem ganha com esta adesão. Mas vale a pena colocá-la, e, sobretudo, perder algum tempo a analisar a maneira como os governos dos três “países grandes” da UE – o Reino Unido, a França e a Alemanha – vêem, em termos de interesse nacional, a candidatura da Turquia;

2. Começemos pelo caso britânico. É bem conhecido o seu apoio à adesão da Turquia à UE. Mas quais as razões desse apoio? Será que as elites político-diplomáticas da “pérfida Albion” abandonaram mesmo o cinismo, que era apanágio histórico da sua política externa, e se converteram ao zelo missionário dos valores? Olhemos para as relações históricas dos britânicos com o Império Otomano/Turquia. No século XVI, no período de Isabel I, foram um aliado estratégico importante na luta dos protestantes anglicanos contra o domínio religioso do papa e do catolicismo e as ambições políticas hegemónicas dos habsburgos espanhóis sobre a Europa. Mais tarde, no século XIX, no auge do seu poder imperial, a política de suporte a um Império Otomano enfraquecido (o “homem doente da Europa”) no Sudeste Europeu e no Médio Oriente, foi uma peça fundamental no *containment* da expansão russa para o Mediterrâneo e na sua política de abertura das rotas marítimas. Mais recentemente, já na segunda metade do século XX, confrontados com a insurreição dos cipriotas gregos em Chipre, os quais pretendiam a *enosis* (união) com a Grécia, os britânicos apostaram no *divide and rule*, jogando a cartada turco-muçulmana contra os cipriotas gregos (cristãos ortodoxos) nas negociações de independência do Chipre, o que lhes permitiu perpetuar a sua presença militar, nas bases militares de Akrotiri e Dhekelia. Desta forma, a adesão da Turquia à UE serve plenamente os seus interesses estratégicos tal como estes foram definidos nos últimos quatro séculos: uma Europa continental sem uma potência hegemónica e suficientemente dividida politicamente de modo a permitir coligações pragmáticas e de configuração variável, consoante os interesses de circunstância. E tem ainda uma vantagem não negligenciável no actual contexto político, que é a de permitir reparar alguns dos estragos causados na imagem britânica junto dos muçulmanos devido à Guerra do Iraque;

3. Vamos ao caso alemão. O governo de Gerard Schroeder e Joschka Fischer, que agora terminam funções, é um conhecido entusiasta da adesão da Turquia, justificando-a, tal como Tony Blair e Jack Straw no Reino Unido, essencialmente em termos de valores e ideais. Poderíamos também aqui ser levados a pensar que a Alemanha repudiou a maquiavélica herança da *realpolitik* de Bismarck, para se converter ao novo zelo missionário do “diálogo de civilizações”, e que a estratégia diplomática se submeteu ao primado da virtude. A realidade é porém menos virtuosa e mais configurada por interesses bem terrenos. A colaboração entre alemães e turcos otomanos durante a I Guerra Mundial, onde o exército turco recebeu não só forte apoio de material militar como vários generais alemães foram destacados para missões de aconselhamento, treino e comando, é bem conhecida das elites dirigentes dos dois países. Em termos mais recentes, a comunidade turca na Alemanha formada a partir dos anos sessenta do século XX, e actualmente contando com mais de 2,5 milhões de pessoas, é uma realidade social e política relevante. A alteração da lei da nacionalidade feita em finais dos anos noventa pelo governo da coligação SPD-Verdes, justificada por impecáveis valores multiculturais, deu uma nova clientela eleitoral a estes partidos, que são os principais beneficiários dos votos de mais de 600 mil turcos naturalizados alemães. E não se pense que esta vantagem é despicienda: nas eleições de 2002, a

maioria parlamentar foi conquistada por menos de 10 mil votos, não sendo por acaso que na imprensa da Turquia, Schroeder ficou conhecido como o “chanceler turco”. Uma breve vista de olhos sobre as estatísticas de comércio externo pode ainda ajudar-nos a compreender melhor o entusiasmo de Schroeder: a Alemanha é não só o principal parceiro comercial deste país com tem um largo *superavit* na balança comercial bilateral.

4. A França é a *bête noire* deste processo. São conhecidas as suas reservas, ou até a sua hostilidade, face à adesão da Turquia, sendo a voz ambigualmente favorável do presidente Jacques Chirac um acto cada vez mais isolado no seio do governo face à dissidência liderada por Nicolas Sarkozy. Razões históricas explicam em parte esta atitude. Ao contrário dos britânicos, onde a situação geopolítica os colocou ao abrigo das investidas árabes (Península Ibérica) e turcas (Balcãs e Mediterrâneo Oriental), tendo até utilizado os muçulmanos para perpetuar o seu poder colonial (Índia, Malásia, Chipre, etc.), os franceses têm uma experiência colectiva diferente. Não só experimentaram a invasão árabe no Sul do seu território, como as suas cidades mediterrânicas foram frequentemente objecto da pirataria muçulmana até à conquista da Argélia no século XIX. Mas é a memória traumática da guerra de descolonização da Argélia, desencadeada em meados dos anos cinquenta do século XX, que mais contribui para uma visão reticente. No caso específico do Império Otomano/Turquia, isto mistura-se com a particular afinidade que os franceses têm para com os arménios, os quais foram vítimas dos massacres (genocídio) efectuados durante a I Guerra Mundial. Para além disso, a França tende a ver a UE como uma criação sua, levada a cabo por personalidades de envergadura como Jean Monnet e Robert Schuman. E olha também para esta como uma organização que deve reflectir a sua própria ideia de Europa, ou seja, a de uma Europa potência, mais ou menos independente dos EUA, e que projecta no mundo o seu interesse nacional. Assim, as razões das reticências francesas são evidentes: se a UE se transformar numa espécie de “mini Nações Unidas” do Euro-Médio Oriente, a heterogeneidade do conjunto torna virtualmente impossível uma Europa potência. Quanto aos portugueses, parece restar-lhes assistir passivamente a este jogo de poder, se é que já perceberam que ele está em curso.

Politólogo

Autor do livro *Turquia: Metamorfoses de Identidade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

COMENTAR